

O sujeito revelado por Freud e seu destino num mundo em mutação*

Bárbara Ferreira Arena**

Resumo

Com o apoio de estudos advindos da Filosofia, da Antropologia e da História, buscou-se investigar até que ponto as características constituintes do sujeito revelado por Freud já teriam sofrido alterações, devido ao desmoronamento da sociedade patriarcal e à emergência de uma nova ordem simbólica na cultura. Considerando que o imaginário da cultura fornece os elementos constituintes do eu ideal da mãe, numa situação originária de maternagem que, por sua vez, constitui, do mesmo modo, o eu ideal da criança — ou o “narcisismo primário”, em Freud, ou “a matriz” do sujeito do inconsciente, em Lacan —, procurou-se examinar como a cultura é formulada em sua instância paradigmática para perceber de que substrato consiste o sujeito revelado por Freud, em que moldes ele se reproduz em seu formato original paradigmático e, nesse processo, quais “flancos” permaneceriam abertos na reprodução do imaginário, permitindo alterações sistemáticas na recursividade do paradigma nuclear gerador da cultura, possibilitando assim a emergência de uma nova ordem simbólica, que propiciaria a emergência de um outro sujeito do inconsciente, que daria origem a sujeitos sociais distintos daqueles vigentes na sociedade patriarcal.

Palavras-chave: narcisismo primário; constituição do sujeito psíquico; ego ideal; sociedade patriarcal; padrões de dominação-submissão.

* Parte deste trabalho são trechos adaptados da minha monografia de conclusão de curso em Psicologia Clínica (Teoria Psicanalítica), pela Cogea, 2003, denominada *A relação entre sexos como paradigma na constituição do sujeito e suas conseqüências na estruturação da mulher e do feminino*, que se encontra na biblioteca da PUC-SP.

Agradeço a Elisa Maria de Ulhôa Cintra, a Lúcia Reggiani e a Maria Luiza Souto Xavier pela leitura e especialmente pelas sugestões.

** Bárbara Ferreira Arena, licenciada em Ciências Sociais pela USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1974). Pós-graduação: Especialização em Psicologia Clínica (Teoria Psicanalítica) pela Cogea (Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão)/PUC-SP (2003). E-mail: barbararena@uol.com.br.

Abstract

The gradual disorganization of patriarchal society and the rise of a new social and symbolic order led to transformations in the psychic subject as it was described by Freud at the beginning of the twentieth century. Information from the fields of Philosophy, Anthropology and History were included in this paper in order to better explain the cultural transformations that have occurred ever since. The period of early mother-infant relationship shapes the original psychic subject with all the cultural ingredients and the mental imagery, which are also responsible for the ideal ego formation – or primary narcissism (Freud), or the unconscious subject's matrix (Lacan). Considering that cultural aspects, as for example patterns of domination and submission, are transformed into psychic life, I asked myself: is this original pattern of domination-submission a rigid instance that will reproduce itself unchanged, or is there any room for the emergence of a new symbolic and social order with different subjects (when compared to the ones from patriarchal society)?

Key-words: Primary Narcissism; psychic subject formation; Ideal ego; patriarchal society; domination-submission patterns.

INTRODUÇÃO

O momento histórico que hoje atravessamos, abalado por mudanças profundas nos valores culturais — até então definidos pelo paradigma de verticalidade, próprio da sociedade patriarcal, ora em decadência, da qual foi erigido o sujeito revelado por Freud —, levou-nos a questionar até que ponto as características constituintes desse sujeito já teriam sofrido alterações, em decorrência da formulação de uma nova ordem simbólica emergente na cultura. Para tanto, valemo-nos de estudos advindos da Filosofia, da Antropologia e da História e, confluindo-os ao saber psicanalítico, podemos então identificar de que modo a cultura incide na constituição dos sujeitos individuais e sociais, que, por sua vez, a definem e perpetuam, num circuito de determinações recíprocas.

NARCISISMO: INSTÂNCIA PRIMORDIAL DO “EU”

Freud inicia o texto, “Sobre o narcisismo – uma introdução” (1914-15), afirmando que o termo “narcisismo” foi primeiramente empregado por Paul Näcke, em observações clínicas, em 1899, para descrever a bus-

ca de satisfação sexual no próprio corpo. Acrescenta que quando esse tipo de satisfação passa a absorver toda a vida sexual do indivíduo, torna-se uma perversão (Freud, 1914-15, p. 81). No entanto, pôde notar que atitudes narcisistas também se manifestavam em indivíduos com outros tipos de perturbações, tais como neuróticos e homossexuais, por exemplo, notificando que, nesses casos, o narcisismo “não seria uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo da pulsão de autoconservação...” (ibid.). Em conseqüência, as evidências de características narcisistas deixavam de ser indicadores exclusivos de problemas mentais mais graves.

Em casos de esquizofrênicos e paranóicos, Freud observou que, nos estados megalomaniacos, a libido se encontrava concentrada no ego e afastada do mundo externo (ibid., p. 82). Mas notou também que nos neuróticos (histéricas e neuróticos obsessivos) se verificava igualmente uma migração da libido dos objetos externos para o ego, nos momentos de frustração, por exemplo. A diferença entre os investimentos libidinais do ego em parafrênicos e neuróticos, nas situações apresentadas, era a de que, nos primeiros, a libido permanecia investindo o ego, enquanto, nos segundos, a libido catexizava a fantasia (ibid., p. 93). Também em pessoas normais passando por forte dor física e sofrimento, verificou-se uma retirada da libido para o ego (ibid., p. 89).

Essas constatações apontavam para a hipótese de um narcisismo primário, próprio de todo e qualquer indivíduo, que poderia estar subjacente às manifestações narcisistas de doentes mentais ou de pessoas normais, em determinadas condições. Com base nisso, Freud concluiu que a megalomania não era uma manifestação sintomática genuína, mas uma ampliação de uma condição já existente, e que, portanto, havia se constituído como narcisismo secundário, “superposto a um narcisismo primário (...) obscurecido por diversas influências diferentes” (ibid., p. 82).

Freud então passou a se preocupar em situar “um narcisismo primário e normal” (ibid., p. 81) na formação dos indivíduos, apoiado na “idéia de que há uma catexia libidinal original do ego, parte da qual é posteriormente transmitida a objetos” (ibid., p. 82). Em sua pesquisa, concluiu que

(...) uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. As pulsões auto-eróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo. (Ibid., p. 84)

Em busca da confirmação desse postulado, avançou em seus questionamentos e verificou que os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que cuidam dela e a alimentam, ou seja, a mãe ou substituto. Esse amor apreendido da mãe se transformará posteriormente no referencial que sustentará as escolhas de objeto de amor ao longo da vida do indivíduo. A esse tipo de escolha objetal Freud denominou “anaclítico” ou de “ligação”. Mas verificou também que as pessoas nas quais o desenvolvimento libidinal sofre alguma perturbação poderão mais tarde adotar seu próprio *eu* (ou a si mesmas) como escolha de objeto amoroso, em vez de adotar o referencial materno, como normalmente ocorre nas escolhas do tipo anaclítico, exibindo, portanto, uma escolha objetal “narcisista” (ibid., 94).

Freud sintetiza suas observações sobre o narcisismo do seguinte modo:

Dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais – ele próprio e a mulher que cuida dele – e ao fazê-lo estamos *postulando a existência de um narcisismo primário* em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal... (Ibid., p. 95)

A seguir, Freud resume as formas humanas de amar, de acordo com a constituição do narcisismo primário:

Uma pessoa pode amar:

1. Em conformidade com o tipo narcisista:
 - a. o que ela própria é (ela mesma);
 - b. o que ela própria foi;
 - c. o que ela própria gostaria de ser;
 - d. alguém que foi certa vez a parte dela mesma;

2. Em conformidade com o tipo anaclítico (de ligação):
 - a. a mulher que a alimenta;
 - b. o homem que a protege;e a sucessão de substitutos que tomam o seu lugar... (Ibid., p. 97)

"SUA MAJESTADE, O BEBÊ"

É por um caminho indireto que Freud irá demonstrar seu postulado sobre a existência de um narcisismo primário que sustentará a constituição da trama psíquica de cada indivíduo. Diz ele,

Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram. (...) Assim eles se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho – o que uma observação sóbria não permitiria – e de ocultar e esquecer todas as deficiências dele. (...) sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito abandonados. A criança terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – “Sua Majestade, o Bebê”, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe. No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objeto, inequivocamente revela sua natureza anterior. (Ibid., p. 98)

Em suma: podemos perceber que o devotamento amoroso dos pais, sobretudo o da mãe (ou de quem materna), ao filho induz a criança à experiência do narcisismo primário, a expensas do próprio *eu ideal* experimentado um dia por quem no momento materna (*eu ideal* entendido aqui como o estádio em que a criança vive a condição de “centro e

âmago da criação” na relação com a mãe ou substituto), tornado agora *ideal do eu*, que é a expressão do desejo inconsciente de reviver a manifestação do “eu ideal”.

SUA “MAJESTADE” NO ESPELHO

Inferimos que o psicanalista francês Jacques Lacan, seguidor de Freud, tenha se inspirado nesse texto, que ora tratamos, para escrever uma de suas mais conhecidas contribuições à psicanálise, *O estádio no espelho...* (1949), já que esse forte envolvimento dos pais, mais especificamente o da mãe (ou substituto) com a criança, é equivalente ao da experiência descrita por Lacan da criança diante do espelho, momento em que ela se identifica com sua imagem e se torna “Eu” ou “Um”, dando nascimento ao “sujeito do inconsciente”.

“Basta compreender o estádio no espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem...” afirma Lacan. E prossegue: é ainda na fase da amamentação que irá se manifestar na criança “a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (1949, p. 97).

E, em seguida, Lacan faz a ponte com o postulado de Freud:

Essa forma, aliás, mais deveria ser designada por *[eu] ideal* se quiséssemos reintroduzi-la num registro conhecido, no sentido em que ela será também a origem das identificações secundárias, cujas funções reconhecemos pela expressão funções de normalização libidinal. Mas o importante é que essa forma situa a instância do *eu*, desde antes de sua determinação social... (Ibid., p. 98)

Entendemos que, em Freud, a pulsão — “um dos conceitos de delimitação entre o anímico e o físico” (1901-05) — seria a base em que o narcisismo primário se constituiria, a partir do eu ideal da mãe. Do mesmo modo, o “estádio no espelho”, em Lacan, terá o “real” (ou a pulsão ou

carga libidinal, igual a corpo) como base para o registro do simbólico, formador da “matriz” do eu primordial, a partir da qual se constituirá o sujeito do inconsciente.

UM SER PULSIONAL QUE SE CONSTITUI NA CULTURA

No princípio, a criança é tão-somente um continente de pulsões em atividades desordenadas... É a partir de sua identificação com o eu ideal da mãe, segundo Freud, que a criança irá viver a experiência da constituição do “narcisismo primário”, do qual o “eu” começará a se formar. Seguindo e ampliando Freud, Lacan também diz que a criança se identifica com o eu ideal da mãe, numa experiência jubilatória de descoberta de “si” (ibid., p. 97), momento em que se formula a “matriz simbólica”, da qual será erigido o sujeito do inconsciente. Em ambos os autores, *é no eu ideal da mãe que a criança fundará a semente de sua subjetivação*, “antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (ibid., p. 97); por isso, interessou-nos desvelar o conteúdo do eu ideal, para melhor entender a natureza da “matéria prima” da qual o inconsciente é forjado, produzindo seres individuais e sociais dotados de uma natureza específica.

Fomos buscar em Freud um entendimento mais claro daquilo que o filho recebe da mãe, enquanto se estrutura subjetivamente. Em seu texto “O objeto sexual na fase da amamentação” (1905, p. 210), Freud nos ensina que

(...) o trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, a fonte incessante de excitação e satisfação sexuais vindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa — usualmente a mãe — contemple a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual: ela acaricia, beija e embala, e é perfeitamente claro que a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo (...) Mas a pulsão sexual, como bem sabemos, não é despertada apenas pela excitação da zona genital; aquilo a que chamamos ternura um dia exercerá seus efeitos, infalivelmente, também sobre as zonas genitais. (Freud, 1905, p. 210)

Freud conclui, nesse texto, que é assim que as mães ensinam seus filhos a amar.¹

Com base nisso, julgamos poder inferir que a ternura materna já chega à criança impregnada pelo imaginário da cultura e, portanto, marcada por uma dinâmica de relação entre sexos (ou do casal), por uma formulação básica da própria sexualidade (formatada no paradigma que origina a cultura), moldada pelos conceitos, preconceitos e juízos de valor que serão veiculados pela mãe nos mínimos gestos, nas mínimas formas de olhar, de estar com a criança, de se ausentar, de acalentar, no jeito de se alegrar, de tocar, de sentir prazer ou asco, de se retrair ou se expandir diante de fatos, na atitude diante dos afazeres do cotidiano, nos estados de relaxamento ou de tensão do corpo, etc. É nesse contato diário, carregado pelo imaginário da mãe, o qual, por sua vez, é pautado pelo imaginário da cultura, que a construção psíquica da criança será forjada e assim ela receberá, desde os primeiros instantes de sua existência, a essência dos valores contidos na cultura. E como essas impressões são básicas e, portanto, constituintes da subjetividade da criança, os conteúdos assimilados desde as primeiras catexias objetais, que resultarão nas identificações com a mãe ou substitutos, no processo de formação do sujeito, marcarão para sempre o psiquismo humano, mais do que tudo o que for transmitido verbalmente pela educação posterior dada pelos pais, pelas instituições ou pessoas do convívio, como atesta a psicanálise.

Considerando que o imaginário da cultura — concebido na dinâmica estruturante da relação entre sexos — fornece os elementos básicos constituintes do eu ideal da mãe, numa situação amorosa originária de maternagem que, por sua vez, constitui, do mesmo modo, o eu ideal da criança — ou o “narcisismo primário”, em Freud, ou “a matriz” do sujeito do inconsciente, em Lacan —, interessou-nos desvendar como a cultura é formulada em sua instância paradigmática, para perceber, com maior transparência, de que substrato consiste o sujeito revelado por Freud, em que

1 Estamos cientes de que a teoria de Freud sobre as primeiras relações do bebê, sobretudo com a mãe, sofreu uma série de desdobramentos por parte de seus seguidores. Mas, para atingir o propósito de nosso trabalho, que consiste em examinar como o ser pulsional se constitui na cultura, a construção freudiana é suficiente.

moldes ele se reproduz em seu formato original paradigmático e, nesse processo, quais “flancos” permaneceriam abertos na reprodução do imaginário permitindo alterações sistemáticas na recursividade do paradigma nuclear gerador da cultura, concedendo então a possibilidade da emergência de uma nova ordem simbólica, que propiciaria a constituição de um outro sujeito do inconsciente, distinto daquele vigente na ordem paradigmática patriarcal, que ora desmorona. Para tanto, fomos em busca da instância paradigmática constitutiva da sociedade, tomando como referência o conceito de paradigma em *O método*.4. *As idéias*, de Edgar Morin.

O PARADIGMA COMO FATOR CONSTITUTIVO DA CULTURA

Segundo Morin, paradigmas são arranjos virtuais estruturais “profundamente imersos no inconsciente individual e coletivo” das sociedades, de modo que “os indivíduos conhecem, pensam e agem conforme os paradigmas neles inscritos culturalmente” (1998, p. 267).

Ainda com base nesse autor, assumimos o pressuposto de que todas as sociedades se norteiam por um paradigma nuclear que sustenta e

(...) controla não apenas as teorias e os raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural em que nascem as teorias e os raciocínios. Controla, além disso, a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria. (Ibid., p. 268)

Para entender a dinâmica constitutiva do imaginário, que formula o eu ideal da mãe, que será a matriz constituinte do sujeito, preferimos citar o trecho em que Morin explicita a forma pela qual o paradigma alimenta as construções nele geradas e é retroalimentado por essas mesmas construções:

O paradigma está recursivamente ligado aos discursos e sistemas que gera. É como a arcada que mantém unido o conjunto de peças da abóbada, mas que é mantido pelo conjunto de peças que mantém. Sustenta, em suma, o que o sustenta. Como em qualquer organização viva recursiva, o gerador tem incessantemente necessidade de ser regenerado pelo que gera, logo, tem necessidade de confirmação, de prova, etc., demonstrando a verdade do sistema ao qual serve de sustentáculo. (Ibid., p. 274)

Invisível por natureza, porque é sempre virtual, o paradigma move a sociedade num jogo estruturante que dá origem à subjetividade dos sujeitos sociais, ao mesmo tempo que origina, materializa e perpetua a cultura e dá forma às suas construções, jamais verificáveis no processo original de sua formação. Por ser invisível, o paradigma torna-se praticamente invulnerável; no entanto, “em qualquer sociedade, em qualquer grupo, há indivíduos desviantes, anômicos em relação ao paradigma reinante. Além disso, e sobretudo, por raras que sejam, existem revoluções de pensamento, isto é, revoluções paradigmáticas” (ibid., p. 273). É dessa maneira que o paradigma nuclear tem condições de sofrer alterações mínimas em sua constituição, num processo contínuo e de longa duração, em que suas bases serão lentamente minadas pelas construções dissidentes. Estas, aos poucos, comporão um novo jogo paradigmático nuclear a ser revelado nas manifestações da cultura, que formularão paradigmas secundários em instâncias diversas da teia social. Estes, num movimento de retroalimentação, irão confluír e afirmar o novo paradigma nuclear, sustentáculo da nova dinâmica da relação estruturante, que, por sua vez, engendrará uma outra ordem simbólica no cerne da cultura. A recursividade do paradigma reinante garantirá, por longo tempo, que ele sobreviva ao avanço da emergente formação paradigmática até que ela, manifestando-se de forma insistente, faça sentido para um grande número dos sujeitos componentes da sociedade e, por isso mesmo, já possa ser identificada nas mais recentes expressões da cultura.

A RELAÇÃO ENTRE SEXOS: ESTRUTURA VISÍVEL DO PARADIGMA

Fomos buscar na Antropologia a primeira estrutura visível do paradigma constitutivo da cultura e a encontramos na relação entre sexos, formulada por George Balandier, em seu livro *O contorno, poder e modernidade*, que preferimos transcrever:

A sexualidade humana é um fenômeno social total: tudo está nela, nela se exprime e se informa desde o começo das sociedades. (1997, p. 61)

(...) A reprodução de homens, e portanto o sexo, sempre determinou os sistemas simbólicos e imaginários pelos quais a natureza e a cultura se unem intimamente. Originalmente definiram o social em todos os seus aspectos; deram-lhe sua primeira estrutura e depois as formas de pensá-lo. (p. 187)

De acordo com esse enfoque, entendemos que a relação entre sexos define a fundação de uma sociedade. A maneira como a dinâmica dessa relação se revela é a forma visível dos arranjos virtuais inconscientes paradigmáticos, responsáveis pela produção e reprodução de todas as construções materiais e imateriais da cultura, que dão forma ao imaginário, matéria-prima da qual será forjado o sujeito do inconsciente. Com base nisso, inferimos que na sociedade patriarcal, vigente há milênios, vigorou o formato estruturante de dominação-submissão entre sexos como dinâmica componente de todas as formas materiais e imateriais criadoras da cultura. Portanto, não seria demais supor que a cultura de dominação patriarcal se reproduziu, e ainda se reproduz e se reafirma, a partir de uma matriz sadomasoquista de relação entre sexos, que se perpetua na sociedade patriarcal, desde suas formulações virtuais paradigmáticas.

Para melhor explicitar o que acabamos de concluir, propusemo-nos observar a recursividade do paradigma de dominação-submissão numa instância remota da vida humana, analisando o texto “Uma criança é espancada” (1919, p. 195),² de Freud, já que nele é descrita a incidência de um traço sadomasoquista nascido em tenra idade em um grande número de pessoas, sem que elas tivessem sido maltratadas ou abusadas sexualmente na infância. Esse traço, portanto, pareceu-nos ser uma informação adquirida ainda no berço, via imaginário de fundação verticalizada, veiculado no eu ideal da mãe.³

2 Os destaques em itálico nas citações são nossos.

3 Neste trabalho, estamos assumindo o “eu ideal” como “uma relação do sujeito consigo mesmo, tomado como objeto amoroso” (Roudinesco e Plon, 1998), numa experiência de identificação com o “eu ideal” da mãe (ou de quem materna), tal como o descrevemos em nosso trabalho. É da renúncia à onipotência e ao narcisismo infantil que surge o “ideal do eu” (ibid.), revelado na tentativa constante e inconsciente do indivíduo de retornar ao instante de perfeição do qual o “eu ideal” emergiu. Essa busca incessante se traduzirá nas inúmeras construções, realizações e sonhos que o indivíduo produzirá durante sua existência, no propósito inconsciente de reviver o momento da formulação do “eu ideal”. Portanto, entendemos que o

O SUJEITO NASCIDO DA SOCIEDADE DE DOMINAÇÃO

Freud surpreendeu-se com o *grande número de casos* de histéricos e neuróticos obsessivos, de ambos os sexos, que declaravam ter construído uma cena em devaneio, na infância, que produzia prazer, *na qual imaginavam alguém espancando uma criança*. Tais pessoas mantinham o hábito de reproduzir essa cena inúmeras vezes ao longo da vida, e algumas delas até mesmo depois de adultas, com *finalidade masturbatória* — no início voluntariamente e depois contra a vontade, por compulsão. Freud supunha que existissem *muito mais casos de indivíduos com esse tipo de fantasia* entre aqueles que não chegaram a fazer análise.

O intrigante é que *os indivíduos* de quem Freud obteve esses “dados para análise *havia sido raramente espancados na infância*, ou não haviam sido, em todo caso, educados com a ajuda da vara” (Freud, 1919, p. 196).

“As primeiras *fantasias* dessa natureza foram *nutridas* muito cedo: certamente *antes da idade escolar* e jamais depois do quinto ou sexto ano de vida” (ibid., p. 195). Mais tarde, quando as crianças viam os colegas serem espancados na escola, essas cenas passavam a inspirar outras versões da fantasia de espancamento ou serviam para despertá-la, caso estivesse adormecida. Depois, a literatura do tipo *A cabana do pai Tomaz* tornava-se nova fonte de inspiração para a construção desse devaneio. A própria criança passava a criar “situações e instituições em que as crianças eram espancadas, ou eram *punidas* e disciplinadas de qualquer outra forma, *por suas traquinagens e seu mau comportamento*” (ibid.).

Continuando seu relato, Freud diz que ao tentar apurar quem apanhava e quem batia, a resposta era imprecisa: “Nada sei sobre isto: estão

“ideal do eu” será um dos pilares fundamentais que sustentarão a constituição do sujeito individual e social formulador da cultura. Sempre que nos referirmos à mãe como transmissora, ao filho, tanto da dinâmica virtual paradigmática estruturante quanto dessa mesma dinâmica materializada nas construções culturais, empregaremos sempre “eu ideal da mãe” ou “imaginário da mãe” para facilitar a leitura e o entendimento do texto. Isso se justificará porque tanto o “eu ideal” quanto o “ideal do eu” terão sempre, como fonte constituinte, a dinâmica paradigmática estruturante da cultura, materializada ou vivida subjetivamente, em suas múltiplas formulações, sejam ela primordiais ou secundárias.

espancando uma criança”. Em relação ao sexo, respondiam com mais clareza que às vezes eram só meninos ou só meninas (mais à frente Freud diz que “são quase invariavelmente meninos tanto na fantasia destes [dos meninos] quanto nas das meninas” ou “não sei”, ou “não importa” (ibid., p. 206). Não foi encontrada relação entre o sexo da criança espancada e o da que criava a cena, tornando difícil perceber se a construção era sádica ou masoquista. Mas apurou-se que, sobretudo num segundo momento dessa construção, em que a cena permanecia inconsciente, a criança que fantasiava era a mesma que apanhava desse alguém que era o próprio pai — e tinha um grande prazer auto-erótico com isso. Freud conclui que “*essa fantasia nascida na primitiva infância e retida com propósitos de satisfação auto-erótica, só pode (...) ser considerada como um traço primário de perversão*”. *Uma constituição peculiar e anormal no indivíduo teria se formado a partir de um componente da função sexual que se desprendera dos processos de desenvolvimento posteriores e se fixara, produzindo o traço perverso* (ibid., p. 197).

Em seguida, é dito que essa perversão não persiste, necessariamente, na vida adulta

(...) pode ser submetida à repressão, substituída por uma formação reativa ou transformada por meio de sublimação. Se esses processos, contudo, não ocorrem, a perversão persiste até a maturidade; e sempre que encontramos uma aberração sexual em adultos — perversão, fetichismo, inversão — temos motivos para esperar que a investigação anamnésica revele um evento como o que sugeri, que conduza a uma fixação na infância. De fato, muito antes da era da psicanálise, observadores como Binet conseguiam atribuir as estranhas aberrações sexuais da maturidade a impressões similares, e precisamente ao mesmo período da infância, ou seja, o quinto ou o sexto ano de vida. Nesse ponto, porém, a investigação defrontava-se com as limitações do nosso conhecimento, pois as *impressões que provocavam a fixação não tinham qualquer força traumática*. Eram, na sua maioria, corriqueiras e não excitantes para outras pessoas. (Ibid., p. 198)

Esses dados reunidos nos levaram a associar a cena criada para fins auto-eróticos ao paradigma originário de dominação-submissão, já que a fantasia nasce “na primitiva infância”, é “nutrida antes da idade escolar” e não se fixa a partir de uma situação traumática, até onde se pôde pesquisar.

Freud a considera “um traço primário de perversão” que, pelo texto, é bastante corriqueiro em nossa sociedade, já que pode ser “submetido à repressão, substituído por uma formação reativa ou transformado em sublimação”, ampliando o contingente humano que carregará em si esse traço perverso que tomaremos para relacionar ao paradigma de dominação, analisando seu contexto de nascimento, sem pretender, no entanto, esgotar o texto de Freud em questão.

SADOMASOQUISMO: FORMA DE “AMAR” EM NEGATIVO, INCRUSTRADA NA ORDEM SIMBÓLICA ESTRUTURANTE

Não seria demais supor que esse traço perverso tivesse encontrado sua gênese nas primeiras impressões que a criança teve ao formular as primeiras catexias objetais com a mãe, que veiculava o paradigma de dominação-submissão inscrito na relação do casal e na cultura. Podemos conjecturar que essa perversão infantil tenha sua fonte de inspiração na relação de verticalidade dos pais: o homem que está no topo da hierarquia de dominação — é sobrevalorizado pelo acúmulo de poder, em todas as instâncias da teia de relações sociais; tem, a partir do imaginário dessa sociedade, o falo e a fala, mas endurece suas emoções devido à violência que precisa empregar para manter o poder — copula com a mulher anulada pela destituição de poder, em todas as instâncias do imaginário da cultura; dela são subtraídos o falo e a fala, mas sobram-lhe as emoções que, pelo efeito da dinâmica do paradigma nuclear, não são reivindicadas pela sua contraparte masculina. O homem da estrutura de dominação-submissão, que associa o gozo obtido no ato de copular com quem ele submete, humilha e oprime e, muitas vezes, aplica a violência física ao praticar o ato sexual, multiplicando seu gozo, acaba associando esse gozo ao que chamam “amor”. A mulher, nascida dessa mesma estrutura paradigmática, acaba associando o gozo obtido no ato de copular com quem a anula, humilha e espanca, às vezes literalmente, no ato sexual, ao que chamam “amor”. Mesmo que não haja violência aparente, essa condição de relação estará presente no imaginário que compõe a dinâmica relacional da família e da cultura; e a noção de amor terá esse formato na cultura de dominação.

A criança que vê essa cena, direta e/ou indiretamente — traduzida em atos e na multiplicidade de símbolos inscritos na cultura, dos mais corriqueiros aos mais sofisticados —, aprende a gozar assim, como mostra a relação sadomasoquista originária que lhe inspira o auto-erotismo. Em decorrência dos papéis desenvolvidos nesse cenário, serão associadas ao homem a atividade, a ação, a dominação e a masculinidade; à mulher serão associadas a passividade, a subordinação e a feminilidade. Acrescentamos aqui que, segundo Freud, para se construir a passividade feminina, a mulher depende muita atividade (Freud, 1932-33, p. 116), pois acreditamos que precise se conformar a uma construção de mulher que goza ao ser reduzida a uma posição inferior em relação ao homem e que, na sua atitude de *subserviência ativa* para atraí-lo, tem de esconder a intensidade de sua pulsão sexual sob uma máscara glamourizada que resulta no “enigma da mulher” e, desse modo, não desfaz a condição operante da relação paradigmática de submissão entre sexos inscrita em todos os escaninhos da cultura.

Freud ainda nos diz que a gênese da perversão infantil não se resume no desenvolvimento de um único componente sexual que tenha se manifestado prematuramente e se fixado de modo acidental a determinadas impressões, mas encontra lugar nos processos normais de desenvolvimento da vida sexual da criança, tais como o complexo de Édipo. “Destaca-se, de início, na esfera desse complexo; e, depois que o complexo sucumbiu, permanece, quase sempre por si, como herdeiro da carga de libido, oprimindo seu sentimento de culpa ligado a ele” (Freud, 1919, p. 207). Em seguida, Freud diz que o desenvolvimento normal impõe ao complexo de Édipo uma determinada direção, deixando para trás esse resíduo perverso. Uma perversão iniciada na infância pode ser a base da perversão na vida adulta ou pode permanecer apenas “no fundo de um desenvolvimento sexual normal” (ibid., p. 207).

Considerando o que foi visto até aqui, não é de admirar que um grande número de pessoas fantasiem cenas em que uma criança é espancada pelo pai para seu deleite masturbatório. Freud já constatara que é comum a criança associar o ato sexual a uma cena de violência do pai contra a mãe. E ousamos pensar que isso se dê menos pelo “embate” físico dos corpos no ato sexual do

que pelo conteúdo de dominação-submissão contido na relação dos pais. Acreditamos que mesmo que a violência física inexistia na relação do casal, a estrutura de dominação estará no conjunto da organização simbólica das relações dentro do lar, da sociedade e da linguagem verbal e não-verbal, de tal modo que permita à criança associar naturalmente o ato sexual dos pais a um gozo ligado à submissão e à humilhação e, portanto, à violência.

A essa cena originária da relação estruturante, reproduzida no decorrer de milênios, foram acrescentadas contribuições de toda ordem, encontradas desde as representações simbólicas do cotidiano até as mais requintadas manifestações artísticas. Para concluirmos isso bastou-nos ampliar o material encontrado por Freud na análise, já que as crianças mais velhas usavam a literatura para enriquecer suas cenas de espancamento e humilhação, além de criar outras cenas originais, da mesma espécie, ocorridas na casa ou em instituições. É bom lembrar que as pessoas de quem Freud conseguiu esses dados “raramente tinham sido espancadas na infância” e, portanto, não foi preciso terem sido vítimas de espancamento para obter a informação, advinda da cultura, de que o gozo é obtido numa relação sexual estruturada no formato dominação-submissão dos membros do casal: a dinâmica da sociedade, como um todo, incumbe-se de passar esse dado inscrito no paradigma estruturante. Lembremos: o espancador é sempre o pai ou mulher viril, ou seja, o que está no topo da hierarquia de dominação, a quem é atribuído o falo.

AS CONSEQÜÊNCIAS DA RECURSIVIDADE DO PARADIGMA DE DOMINAÇÃO

Ampliando um pouco mais a análise, é possível imaginar que uma relação nessas condições deve impedir o crescimento dos componentes do casal, já que o investimento de cada um deles será endereçado à manutenção da estrutura de dominação-submissão em funcionamento: é preciso imobilizar o subordinado em seu posto, pelo gozo na dor, por um lado, e, por outro, estimular a ânsia de poder em quem domina, pelo gozo em submeter. A partir dessa trama relacional, a cultura — nascida dessa mesma fonte — cria condições de constante estimulação da sedução que alimenta

e mantém o jogo sadomasoquista dos envolvidos enquanto casal. Nesse caso, parece que a relação de casais está mais perto de permanecer em um estágio pré-edipiano, ligado às pulsões parciais, conservando o gozo regressivo no ato sexual, em vez de permitir o avanço do desenvolvimento da sexualidade genital em direção à plenitude de sua potencialidade, e à individuação dos sujeitos envolvidos, o que exigiria um investimento grande no crescimento pessoal, na capacidade de convivência consigo mesmo, na distinção entre o eu e o outro e a sociedade mais ampla. Tudo isso constituiria, entretanto, o movimento contrário à recursividade do paradigma de dominação, que, por isso mesmo, resiste à sua destruição. Há, no entanto, evidentes indícios de mudanças estruturais, manifestadas nas novas atribuições de gênero, que foram ganhando outras feições, principalmente nos últimos três séculos, que assinalaram o advento do indivíduo moderno, nascido da revolução industrial, promotora do desmoronamento dos valores de sustentação da sociedade tradicional, com o conseqüente deslocamento da mulher de sua posição paradigmática de inferioridade em relação ao homem.

Não trataremos de todo o percurso histórico desse deslocamento, que se deu durante séculos, revelando o desmoronamento da dinâmica de dominação, mas o abordaremos no século XX, momento em que esse processo se acelera, ao mesmo tempo em que a sociedade patriarcal apresenta de modo mais patente grandes fissuras em suas construções básicas, ou seja, na dinâmica recursiva de seu paradigma de verticalidade, promovendo a possibilidade da vigência de um paradigma de parceria entre sexos que — parece-nos — constituirá um sujeito do inconsciente mais ligado pulsionalmente a processos relacionados à preservação da vida e geradores de uma sexualidade genitalizada, em demanda de sua realização plena, produtora da individuação e do reconhecimento do outro como parceiro e complemento, ao invés de promover a demanda do gozo ligado à satisfação de pulsões parciais, alimentado pela relação sadomasoquista, dependente e de anulação do outro, própria da dinâmica do paradigma de dominação.

UMA NOVA ORDEM ESTRUTURANTE SE ESBOÇA NA CULTURA

Para registrar as transformações que revelaram as mudanças estruturais ocorridas na sociedade patriarcal, durante o século XX, tomaremos como referência o livro da historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco, denominado *A família em desordem*. Segundo essa autora, foi a partir da Primeira Guerra Mundial que as mulheres, apartadas de seus maridos, enviados para o *front*, foram obrigadas a assumir o trabalho considerado produtivo na sociedade, emancipando-se dos mitos criados pela ideologia patriarcal de que não eram capazes de sobreviver sozinhas, de criar os filhos e ao mesmo tempo prover o lar. Na Segunda Guerra Mundial, consolidaram essa emancipação: em vez de “verem os homens morrerem ou de substituí-los na retaguarda, engajaram-se [na luta] pela escrita, pela ação ou pelo silêncio de uma falsa resignação”, dando provas de uma determinação até então tida como atributo exclusivo dos homens (pp. 137-138).

Em 1949, Simone de Beauvoir, escritora e filósofa francesa, publicou *O segundo sexo*, em que, pela primeira vez, uma mulher, apoiada numa respeitável bagagem teórica, registrava críticas sobre as “teorias da sexualidade elaboradas pelos homens visando perenizar sua dominação sobre o corpo das mulheres, (...) e invertia o olhar que o gênero humano havia lançado sobre o sexo e o corpo das mulheres até então” (ibid., p. 140). Com sua máxima “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, Simone de Beauvoir responsabilizava a sociedade de dominação masculina pelos problemas relacionados à sujeição da mulher, tornando-os sobretudo uma questão política (ibid., p. 141). Em suas proposições,

(...) separava a feminilidade da maternidade, o ato carnal da procriação, o desejo da reprodução. Longe de remeter as mulheres a seu estado de mãe, chegava inclusive a recusar a idéia de que a maternidade fosse outra coisa que não uma coerção ligada a uma insatisfação. A idéia era nova, subversiva e escandalosa. (Ibid., p. 143)

Durante o século XX, diversos outros estudos, em distintas instâncias do saber, alimentavam as teses que faziam ruir aos poucos os ditames da cultura que mantinham a recursividade do paradigma de dominação.

Na área da Antropologia, os integrantes da escola culturalista americana — de Ruth Benedict a Margaret Mead —, portadores das teses de que cada cultura tem seu tipo psicológico, cada grupo tem sua identidade e cada minoria, seu padrão (ibid., p. 141), contribuíram de modo efetivo para a formulação das propostas feministas que sustentavam que os papéis sociais existentes, imaginados perenes pelos defensores da ordem instituída, eram construções culturais mutáveis e por isso mesmo exigiam-se alterações no modelo tradicional de dominação masculina.

Ao mesmo tempo em que o poder patriarcal era questionado, a mulher se deslocava de sua posição milenar de inferioridade, buscando a igualdade de poder ao homem — do lar às instituições sociais. Com isso, abalava a verticalidade mantenedora da ordem estruturante, produzindo o desmantelamento dos valores fundamentais, promotores da recursividade da dinâmica de dominação na teia de relações sociais. Todas as construções verticais estabelecidas na rede de relações de nossa sociedade (homem/mulher; pais/filhos; patrões/empregados; maiorias étnicas/minorias étnicas; etc.) passaram a ser contestadas, e seu auge foi alcançado na “revolta anti-autoritária nos anos entre 1960 e 1975” (ibid., pp. 145 e 148).

O enfrentamento cada vez mais acirrado da ordem patriarcal, não só fez romper os vínculos até então indissolúveis do casamento como abriu as portas para outros tipos de constituição familiar e fez brotarem novos arranjos nos laços afetivos entre seres humanos. Mães solteiras, mulheres divorciadas ou vivendo sozinhas deixaram de ser discriminadas, como antes (ibid., p. 154). Podiam também viver sua sexualidade como quisessem e optar por não ter filhos, e mesmo abortar, com o amparo da lei já vigente em alguns países, sem que a moral repressora pudesse atingi-las até o esmagamento, como em milênios fizera. Além disso, abriu-se um espaço, até então proibido, de sensibilidade e de emoção ao homem, dando-lhe a oportunidade de se experimentar como ser também frágil e intuitivo. A maternagem, antes reservada à mulher, foi-lhe permitida, enfim, e com ela vimos desabrochar um potencial de afeto e de capacidade de se envolver, cuidar e dar suporte ao crescimento de uma criança, considerado até então inexistente no homem comum, sem que ele precisasse apresentar necessariamente aspectos femininos ou ter de abrir mão da sua masculinidade.

A nosso ver, esses são indícios de que os próprios conceitos de homem e de mulher, de masculino e de feminino estão sendo ressignificados na cultura.

A família também se modificou estruturalmente: perdeu sua antiga hierarquia, representada nos papéis destinados à mãe, ao pai e aos filhos, quando em um mesmo lar passaram a viver filhos de pais diferentes, permitindo o aparecimento de composições “monoparentais”, “co-parentais”, “multiparentais”, “biparentais”, “pluriparentais”, que traduziam a demolição da ordem patriarcal e anunciavam o nascimento de uma nova família “sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (ibid., p. 155).

Ainda como indicador da desconstrução do paradigma de dominação, vimos muitas das minorias antes excluídas passarem a ocupar um lugar legítimo na sociedade: em alguns países, legalizou-se o casamento de homossexuais e instituiu-se a possibilidade de adoção de crianças por eles (ibid., p. 183). Assistimos ao avanço da inclusão de minorias étnico-sociais e à criação de organizações que advogam em favor dos grupos mais fragilizados no âmbito da sociedade, tais como os de velhos, de crianças, de deficientes, de pobres e desvalidos.

De acordo com Roudinesco, a crise provocada pela assunção de novos valores, somada à perda do poder patriarcal e do conseqüente esvaziamento da autoridade da qual eram investidas as instituições que o representavam, tais como o Exército, a Igreja, a Nação, por exemplo, e diante da necessidade de se resgatar o princípio dominador perdido “num mundo sem fronteiras, condenado a uma economia globalizada, cada vez mais devastadora” (...), a família, construída pelas novas composições parentais, “aparece como a única instância capaz, para o sujeito, de assumir esse conflito e favorecer o surgimento de uma nova ordem simbólica” (ibid., pp. 198-199) que promoverá uma trama relacional de outra ordem na cultura, difícil de ser imaginada por quem foi constituído e viveu sob a custódia da estrutura de dominação.

Em decorrência da implosão do paradigma de dominação, atingido em seu núcleo, assistimos agora a um momento inusitado, em que as forças paradigmáticas da velha ordem e da ordem emergente ora se digladiam, ora

se fundem, ora se excluem, numa guerra de mundos opostos e conflitantes em que cada composição paradigmática nuclear procura se instaurar de modo predominante na cultura. Para fugir da dor e do pânico provocados por um mundo em dissolução, tenta-se restaurar a ordem decadente do patriarca na tirania das religiões (ibid., p. 119), ao mesmo tempo em que se formatam na cultura as composições relacionais paradigmáticas dissidentes, que invadem as diversas instâncias da teia social, aos borbotões, como vimos, configurando outros padrões de existir em sociedade. A velocidade com que isso acontece, a partir da segunda metade do século XX, provoca surpresa e angústia, na medida em que se perdem os parâmetros instituídos e se formulam outros para compreender a realidade e se relacionar com ela de modo menos angustiado e conflituoso.

Considerando-se a própria natureza dialética do processo de transformação social e a heterogeneidade que lhe é intrínseca, não há garantias de que a nova ordem ganhará lugar efetivo no núcleo do paradigma estruturante, já que a sociedade é composta por miríades de indivíduos e de grupos que aderem (ou não) desigualmente às mudanças em curso, expressando múltiplas temporalidades. Além disso, pela própria lei das probabilidades e diante da realidade que se manifesta, há chances, num prazo impossível de se calcular, de que a relação de parceria entre sexos venha a se estabelecer como fundação estruturante, permitindo, por sua vez, a constituição de um outro sujeito social.

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NUM MUNDO EM MUTAÇÃO

Pelo que pudemos verificar, até o momento, a verticalidade da estrutura de dominação reproduziu-se, durante milênios, por meio da trama íntima do amor materno; e foi retroalimentada, em sua recursividade paradigmática, do eu ideal da mãe para o eu ideal da criança, e reafirmado na convivência diária, meio pelo qual – como pudemos entender – se transfere a herança cultural.

Embora ainda em demanda de um longo processo de realização, pudemos constatar a formulação de uma dinâmica horizontal estruturante de relações entre sexos que deverá afetar a constituição dos sujeitos que

começam a nascer nesse período da história da humanidade. No bojo da sociedade estão sendo gestadas novas maneiras de pensar o mundo, a natureza e os homens e suas relações, colocando em questão a ordem simbólica do mundo patriarcal e a própria identidade dos sujeitos sociais até então em vigor. Nesse processo, os indivíduos produzem uma forma nova de expressão, recriando a cultura, à maneira de uma bricolagem, ao mesmo tempo em que recriam a si mesmos enquanto indivíduos. Nesse interjogo, em que se mesclam o velho e o novo, surgem elementos configuradores de outra dinâmica paradigmática, que materializam novas formas de expressão no cotidiano, sejam elas intelectuais, artísticas, comportamentais, corporais, sejam de ordem subjetiva.

A sociedade mais ampla, como totalidade complexa das individualidades nela existentes, processa do mesmo modo a conjunção do mais arcaico ao mais recente na teia social, onde associa vertentes de pensamento, assimila e dissemina comportamentos emergentes e outras formas de ser e de reproduzir a vida em sociedade. Gera dessa maneira novos paradigmas em instâncias diversas da cultura, que irão, ao mesmo tempo, confluir, construir e afirmar um novo paradigma nuclear que sustentará uma outra ordem simbólica e relacional no âmago da cultura. A dinâmica da relação estruturante direcionará o interjogo das relações em todas as miríades de manifestações culturais, passíveis de advir tanto do paradigma emergente quanto do já reinante, que irão permanecer ou sucumbir, de acordo com a capacidade multiplicadora e recursiva de suas de construções.

Embora possamos detectar grandes chances de que a verticalidade paradigmática volte a se instalar com a plenitude total de suas forças no núcleo da cultura – possibilidade indicada pelo florescimento do fundamentalismo religioso e político em todos os recantos do planeta –, podemos constatar também que a mulher, cada vez mais, sedimenta um lugar de respeito no imaginário da cultura e ganha igualdade de poder em relação ao homem, tornando possível materializar no tecido social uma ordem simbólica paradigmática de parceria entre sexos. Pode-se então concluir que, nesse momento da história da humanidade, o eu ideal da mãe (ou de quem materna), advindo a cultura, encontra-se atingido pelo embate entre forças

paradigmáticas estruturantes opostas, “matriz simbólica” (Lacan, 1949, p. 97) na qual o “eu” da criança de hoje “se precipita em sua forma primordial” (ibid.), assumindo sua imagem.

Considerando que a matriz da qual o sujeito do inconsciente emerge já tenha sofrido abalos desconstrutivos semelhantes aos que se têm verificado na estrutura da sociedade patriarcal, principalmente nos últimos cinquenta anos, ficam-nos estas intrigantes questões:

1. Se há um mundo novo de parceria estruturante em formação, disputando lugar no cerne da cultura com o núcleo paradigmático patriarcal, até que ponto já foi alterada a ordem simbólica do eu ideal das mães (ou de quem materna), de modo a influenciar decisivamente a constituição da subjetividade das crianças nascidas no momento atual?
2. O sujeito do inconsciente, descortinado por Freud, cuja matriz é marcada pela verticalidade paradigmática de poder na relação entre sexos — base da sociedade patriarcal —, já estaria apresentando uma outra formatação matricial subjetiva, à medida que um paradigma de horizontalidade de poder entre sexos vai se estabelecendo no núcleo da sociedade, enquanto a estrutura patriarcal se desmorona?
3. Como estarão se constituindo os papéis femininos e masculinos à medida que, complementarmente ao deslocamento da mulher de sua posição de inferioridade paradigmática, o homem se desloca da posição de superioridade paradigmática, se desinveste da carga onipotente do pai, assumindo posturas, papéis e tarefas antes restritos à mulher?
4. Uma sociedade de fundação de parceria entre sexos, de acordo com sua lógica paradigmática de igualdade e reciprocidade, tenderia a ser mais democrática nas relações componentes do tecido social? Seria também mais voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas — sobretudo aquelas que permitiriam a expressão da sexualidade plena — até então esmagadas no processo de recursividade do paradigma vertical?

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S. L. et alii (orgs.) (2002). *Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo*. São Paulo: Escuta & Sedes Sapientie.
- _____ e Tanis, B. (1998). Masoquismo ordinário. *Percurso – Revista de Psicanálise*, Ano XI, n. 21.
- ANDRE, S. (1987). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BADINTER, E. (1996). *Xy – sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BALANDIER, G. (1997). *O contorno, poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BIRMAN, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.
- _____ (2001). *Gramática do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (org.) (2002). *Feminilidades*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- BRUN, D. (1989). *Figurações de feminino*. São Paulo: Escuta.
- CHASSEGUET-SMIRGEL, J. et alii (1998). *Sexualidade feminina – uma abordagem psicanalítica contemporânea*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- EISLER, R. (1989). *O cálice e a espada – nossa história, nosso futuro*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1901-05). “Pulsões parciais e zonas erógenas”. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ (1905). “A sexualidade infantil. O objeto sexual na fase de amamentação”. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ (1914-15). “Sobre o narcisismo – uma introdução”. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XIV). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____ (1919). “Uma criança é espancada – Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais”. In *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XVII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, S. (1921). "Identificação". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XVIII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924). "A dissolução do complexo de Édipo". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XIX). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924). "O problema econômico do masoquismo". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XIX). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1925). "Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre sexos". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XIX). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1931). "Sexualidade feminina". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XXI). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1932-33). "Conferência XXXIV — Feminilidade". In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (v. XXII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- ISRAEL, L. (1995). *A histérica, o sexo e o médico*. São Paulo: Escuta.
- JULIEN, P. (1997). *A feminilidade velada*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- KEHL, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- KRISTEVA, J. (1988). *Histórias de amor* (partes I a III). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACAN, J. (1949). *Escritos. O estádio no espelho como formador da função do eu tal como nos é revelado na experiência psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAPLANCHE e PONTALIS (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- LE GUEN, C. (1997). "O engodo feminino do masoquismo ordinário". *Percursos — Revista de Psicanálise*, Ano IX, n. 18.
- MACDOUGALL, J. (2001). *As múltiplas faces de eros — uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MORIN, E. (1998). *O método. 4. As idéias*. Porto Alegre: Sulina.

- ROUDINESCO, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ e Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 22/7/2005; Aprovado em 30/1/2006